

REFORMAS URBANAS, POLÍTICA DE SANEAMENTO, ECONOMIA E INTERESSES POLÍTICO-CORPORATIVOS EM SALVADOR NA REPÚBLICA VELHA

Urban reforms, sanitation policy economy and political corporate interests in Salvador in the old republic

Joaci de S. Cunha (IFCH-UCSAL)

Informações do artigo

Recebido em 30/05/2019

Aceito em 03/07/2019

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2019.n247.p371-402>



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Como ser citado (modelo ABNT)

CUNHA, Joaci de S. Reformas urbanas, política de saneamento, economia e interesses político-corporativos em Salvador na república velha. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**, Salvador, n. 247, mai./ago., p. 371-402, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2019.n247.p371-402>

Resumo

Este artigo discute o saneamento básico e o abastecimento de água em Salvador durante a República Velha *pari passu* com as ideias higienistas e supostamente modernizantes da classe dominante no período, evidenciando a enorme distância existente entre o discurso sanitário e a saúde pública. E, principalmente, explora as relações entre as corporações capitalistas e a política baiana, expondo o labirinto das opções relativas às reformas urbanas realizadas em Salvador, entre 1905 e 1928. Arquivos judiciais, mensagens oficiais, jornais e uma gama variada de fontes são empregados para correlacionar as dinâmicas econômica e urbana, opções políticas, e alianças corporativas dos blocos de poder, articulando-as aos processos de saneamento, reformas urbanísticas e suas implicações para a economia baiana.

Palavras-chave: Reforma urbana – saneamento. Política e economia baianas. Política e corporações.

Abstract

This article discusses basic sanitation and water supply in Salvador during the Old Republic *pari passu* the hygienist and supposedly modernizing ideas of the ruling class in the period, highlighting the enormous gap between the sanitary discourse and public health. And, mainly, it explores the relations between capitalist corporations and Bahia politics, exposing the labyrinth of options related to urban reforms carried out in Salvador between 1905 and 1928. Judicial archives, official messages, newspapers and a wide range of sources are used to correlate the economic and urban dynamics, political options, and corporate alliances of power blocs, articulating them to sanitation processes, urban reforms and their implications for the Bahia economy.

Keywords: Urban reform – sanitation. Bahian politics and economy. Politics and corporations

Introdução e contexto histórico

Na cidade do Salvador da segunda metade do século XIX observam-se várias iniciativas de atualização da sua infraestrutura urbana. Essas mudanças avançam no ritmo do crescimento econômico da Província, capitaneadas pelo grande comércio de exportação de produtos agro-minerais e importação de mercadorias de todo tipo.

Impulsionada por vários aspectos políticos e financeiros, que animaram os investimentos nesse quadrante de século, a economia baiana passou por ampla diversificação. Dois deles foram especialmente importantes. O primeiro decorre da disponibilidade de capitais após o fim do tráfico africano. O segundo, da liberdade de emissão bancária em duas conjunturas distintas (1857-1860 e 1889-1894), que facilitou a proliferação de diversas iniciativas empresariais, destacando-se a criação de indústrias têxteis, de velas, bebidas, fósforos etc., de ferrovias, de instituições e casas bancárias diversas. A partir de 1860 foram inaugurados trechos sucessivos da Ferrovia Bahia ao São Francisco, interligando Salvador ao sertão. A cidade demandou, a partir daí, o surgimento de um sistema de transportes urbanos, que o capital privado local não teve dificuldades em organizar.

Salvador, que, no alvorecer do século XIX, possuía uma população de aproximadamente 50 mil habitantes, entre 1869 e 1873 apresentava um número de moradores nada desprezível em torno de 129 mil pessoas. Com a dinamização do mercado local, durante a última década dos dezenove, a população da cidade crescia em ritmo acelerado. De 174 mil soteropolitanos, em 1890, saltou para 205 mil, dez anos depois, o que equivalia a um crescimento vegetativo anual médio de 2,63%, ou 26,31% no período. Em compasso semelhante cresceram os negócios. Avançavam as exportações, a formação de empresas e bancos. A cidade acompanhou esse processo empreendendo uma série de mudanças e atualizações em seu traçado e configuração espacial, e implementou diversos melhoramentos em infraestrutura geral.

Vistas em conjunto, tais mudanças encontram correspondência no desenvolvimento do estado e dependeram, não só da política-administrativa e de alianças dos governantes, mas, também, dos ciclos de crescimento da economia agro-exportadora local e, eventualmente, da disponibilidade de capital estrangeiro para complementar as receitas públicas e os investimentos privados.¹ A partir de um enquadramento de maior duração, é possível melhor visualizar e compreender o processo de retificação e ampliação urbanas vivenciadas em Salvador. Processo que não é privilégio de um único governo ou período, mas um contínuo de ações que perpassam décadas de iniciativas transformadoras.

¹ O ramo da iluminação pública e particular era monopólio das empresas inglesas no último quarto do séc. XIX. Em fins deste, foram adquiridas pela *The Bahia Light and Power Company* (GAULD, 2006).

Desse modo, desde, pelo menos, meados do século XIX² são muitos os exemplos de reformas e obras marcantes para a formação da própria identidade de Salvador. A urbanização do vale do Campo Grande e o início da ocupação da Vitória datam da década de 1850; a abertura da Rua da Vala – atual J. J. Seabra, sobre o rio das Tripas abriu um novo vetor de expansão para a cidade³; as demolições de prédios históricos (Casa da Moeda e Casa da Relação Cível na Praça do Palácio e Misericórdia) resultaram no completo redesenho da Praça do Palácio (Pç. Municipal); as ligações entre os dois níveis geológicos da cidade por planos inclinados e elevadores; a abertura de vias de ligação entre a cidade alta e cidade baixa, a exemplo da Ladeira da Montanha.

O mesmo se pode dizer da infraestrutura urbana. Houve canalização, em 1862, de gás para iluminação pública e particular, e o abastecimento de água foi introduzido pela Companhia do Queimado. A circulação de pessoas e mercadorias foi facilitada pela interligação dos tramways (bondes) ao sistema ferroviário e ao porto. Não tardou o estabelecimento de linhas de bondes a ligar todo sítio urbano⁴, articulando o centro aos bairros, inclusive os proletários e as zonas de veraneio. O processo de eletrificação das linhas ocorreu de 1897 a 1906 e, nessa trilha, a energia elétrica chegou também aos principais bairros da cidade⁵. A iluminação a gás foi, assim, substituída progressivamente. Também se implantou a rede telefônica, somando-se à rede telegráfica conectada mundialmente por cabos submarinos.

As reformas do porto, ocorridas entre 1906 e 1921, se inserem num conjunto de aterros e urbanização de quarteirões tomados ao mar, alinhamento de ruas (por demolição de casario), processo esse verificado praticamente ao longo de toda trajetória da zona comercial, que se acentua nas últimas décadas do século dezenove (CÂMARA, 1989,

² Morrison (1989), Mattoso (1994), Sampaio (2000), Pinheiro (2002).

³ A canalização do Rio das Tripas, entre a Barroquinha - antiga Hortas -, e a Sete Portas, foi resultado de ações sucessivas iniciadas após as epidemias de febre amarela (1849-1854) e de cólera (1855-1856), que produziram resultados trágicos e forçaram iniciativas de saneamento. Somente a epidemia de cólera ceifou cerca de 10 mil vidas. Esse rio servia de escoadouro, a céu aberto, dos esgotos de boa parte do Distrito da Sé. Sua canalização e pavimentação, além do caráter saneador, resultaram no surgimento da Rua da Vala. Por ela as linhas de bondes seguiriam em direção a sete Portas, Baixa de Quintas e, mais tarde, Brotas e Cabula (MENSAGENS ... de 1869 a 1874).

⁴ Em 1873, entrava em vigor regulamento especial para as empresas de "bonds" da cidade, através de ato do então Presidente da Província da Bahia, Dr. Almeida Couto. (Quadro - Linhas em operação em 1873). A municipalidade buscava, assim, regular a divisão das linhas das empresas concessionárias em seções.

⁵ Stiel (1984), Morrison (1989), Teixeira (2005).

MATTOSO, 1994, e PINHEIRO, 2002, p. 212-213). O bairro Comercial já não era mais uma única rua principal, cortada por vielas, como o viu Spix e Martius em 1818. Várias intervenções, públicas e privadas, transformaram esta zona da Capital. Prédios de quatro, cinco andares eram construídos por grandes firmas locais e estrangeiras por todo o bairro. Segundo Kiddere Fletcher (este último visitou Salvador em meados dos anos oitocentos), “as principais casas comerciais situadas na Rua Nova do Comércio compunham o mais belo bloco de edifícios do Brasil, talvez de toda América do Sul, e que poderiam adornar bairros comerciais de Londres, Paris ou Nova York” (apud LINS; AZEVEDO, 1969, p. 119-120).

Apesar do amplo processo de urbanização mencionado, a emergência de obras e reformas entre 1912 e 1924 tem sido interpretada como um redirecionamento essencial na postura político-administrativa do Estado representada pelas gestões de J. J. Seabra e seu grupo político⁶. A natureza das reformas então empreendidas teria o suposto caráter de “modernização”⁷ da cidade e do estado, o que não nos parece correto.

Neste artigo, procuramos também demonstrar que Salvador, nesse período, ao contrário do que se diz, é uma cidade em transformação permanente e expansão, desde meados do século de XIX, e não pode ser considerada uma capital economicamente estagnada. Muito menos que seus problemas sanitários e de saúde pública possam ser explicados por estagnação. Pelo contrário, a capital baiana foi o objeto de investimentos de empresas de capitais locais, de outras partes do país e, sobretudo, foi uma praça importante do capital agromercantil e bancário com inversões locais e nacionais expressivas.

A maioria dos autores que a retratam confundem a ausência de crescimento e retraimento do setor industrial como sinônimo de uma economia em marcha ré, que não se reproduzia de forma ampliada. É verdade que o não florescimento industrial implicou, no concerto nacional, uma dependência estrutural em relação aos estados que lideraram o processo de industrialização, mas esta é uma visão retrospectiva dos acontecimentos e não considera as opções econômicas prioritárias contemporâneas.

⁶ Leite, Rinaldo C., 1996. Ferreira Filho, A. H, (Capítulo III), 1993. Pinheiro, E. P, 2002, p. 228.

⁷ Neste artigo, “modernização” não deve ser tomada em sentido heurístico, explicativo, do processo histórico ou sociológico. Em nossa perspectiva, o emprego dessa noção pelos agentes políticos, jornalísticos e econômicos presentes na Bahia, no período estudado, deve ser entendido no sentido ideológico, enquanto meio de encobrimento de processos outros, em que interagem uma série de fatores econômicos, culturais e políticos, aqui privilegiados. Daí porque não nos ocupamos das análises e dos autores que refletem sobre esse conceito específico.

Nesse sentido, a partir de suas opções, a classe dominante baiana via exportações e lucros crescerem, bancos e companhias de seguros prosperarem, a cidade onde vivia se aformosear, não no ritmo desejado, mas dispondo de comunicações e transportes que os conectavam a Paris, Londres, Nova York; onde costumava passar férias, aprimorar conhecimentos e estabelecer novos negócios, e era isso que a classe agro-mercantil baiana percebia e desfrutava. Não fossem os problemas sanitários e de saúde pública, não teria, maiores motivos para se inquietar.

Quanto à industrialização, ao capital hegemônico só fazia sentido investir em indústrias na Bahia caso o resultado da produção, uma vez vendida, resultasse em lucro maior que o da compra noutro lugar para revender no mercado local. E não há ninguém mais capaz de fazer esse cálculo que os próprios comerciantes⁸. Daí o caráter de complementaridade da indústria baiana à agricultura no estado. A nosso juízo, mais que decadência econômica havia uma opção consciente por um modelo de crescimento de tipo agro-mercantil, versátil o suficiente para incorporar um significativo segmento bancário, cujo dinamismo pode ser visto no volume crescente de capital disponível nos bancos aqui presentes⁹. De fato, do ponto de vista econômico, se era necessário importar, interna e externamente, quase tudo que se consumia no estado, era exatamente desse negócio que se originava grande parte dos lucros privados. Todo período entre 1895 e 1928 é de considerável prosperidade, relativa estabilização da moeda nacional, o mil réis (exceto no período mais crítico da I GM), de incremento razoável das importações e de acelerado ritmo nas exportações e, especialmente, de “aumento espetacular do volume” das receitas e despesas do Estado (BAHIA-CPE, 1980, p. 29).

Já durante a I Guerra Mundial, mas, sobretudo na década de 1920, se destacam os saldos na balança comercial e os depósitos bancários na Bahia. Por outro lado, o capital

⁸ O exemplo maior é São Paulo, onde a substituição de importações, feita por comerciantes, inclusive estrangeiros, é uma das fontes da industrialização (VILLELA e SUZIGAN, 2001)

⁹ O balanço dos bancos nacionais na Bahia, em 1921, indicava ativos de 189.114 contos de réis e, no ano seguinte, 161.976 contos, enquanto os bancos estrangeiros detinham 132.828 contos em 1921, e 124.291 contos em 1922. Em 1925, a soma de ativos nos bancos nacionais e estrangeiros superava os 245 mil contos. (Relatórios do Ministério da Fazenda dos anos de 1922, p. 64, e 1925, p. 48). Porém, a função bancária na Bahia era realizada principalmente pelas casas de importação e exportação ou “escritórios comerciais”. O grau da acumulação de capital desse setor poder ser medido comparando sua participação na arrecadação do Imposto de Indústria e Profissões com a dos bancos. A contribuição dos bancos para esse tributo no conjunto do comércio variou entre 5,84% e 17,32% inferior a dos “escritórios comerciais” (BAHIA-CPE, p. 55-56).

aplicado em novas empresas foi metade dos depósitos bancários disponíveis, evidenciando uma taxa de investimento significativa (CUNHA, 2016: 366-377). Enfim, são aspectos que não desenham uma economia paralisada. Isso, todavia, não elide o fato de o mercado do amplo interior baiano, progressivamente, vir a ser abastecido por outros estados, isso sim, como resultado da concentração industrial no Sudeste, demonstrando as articulações entre industrialização e acumulação de capital e a fragilidade das opções econômicas mercantis baianas.

Tendo em vista esse contexto, argumentamos que as reformas urbanas e as condições sanitárias de Salvador, entre os governos Seabra/Antonio Muniz, em que pese a dimensão e os impactos de suas obras, dão continuidade a uma perspectiva de retificação urbana que lhe é anterior e segue, após os mesmos, com várias outras capitais brasileiras nesse período. A singularidade desses governos é dada não pelas reformas que realizaram, mas pelas: (i) circunstâncias em que ascenderam ao controle do estado; (ii) alianças enfeixadas para obter o poder; (iii) e pelos efeitos de suas decisões político-administrativas sobre o controle acionário de uma série de empresas de concessão pública, fundamentais ao desenvolvimento e à acumulação de capitais no estado. Tais peculiaridades, de modo geral, têm escapado ao olhar dos analistas. Tentar explicá-las requer que se amplie um pouco mais a escala de observação do processo histórico baiano na direção dos alinhamentos econômicos e políticos realizados por Seabra ao assumir a chefia do executivo estadual.¹⁰

Política e corporações

A história política não costuma observar os vínculos entre José Joaquim Seabra e os interesses do grupo Guinle, e com representantes do capital francês, desde, pelo menos, sua presença no estratégico ministério de Viação e Obras Públicas (1910 - 1912), a partir do qual pavimentou seu caminho até o poder estadual baiano.

Em aliança com os Guinle, Seabra facilitaria a transferência do setor da iluminação pública, particular e de energia aos representantes deste grupo nacional, mas cujo monopólio havia sido adquirido aos ingleses por The Bahia Light and Power Company (GAULD, 2006;

¹⁰ Processo amplamente discutido pelo autor em *O fazer político da Bahia na República (1900-1930). Matriz das relações entre corporações, estado e políticos*. Salvador: Edufba, 2017.

CUNHA, 2017). O Grupo Guinle estava presente na Bahia desde fins do séc. XIX, quando adquirira empresas de bondes e usinas termoeletricas, em sociedade com empresários e políticos baianos, e logo tentaram ampliar o uso de sua energia também para o setor privado.

As disputas entre Guinle e Cia e Light and Power têm início em 1905 e mobilizaram altos representantes das três esferas do poder federal e desses estados. Na Bahia, essa batalha abriu possibilidades de articulação entre Seabra e os irmãos Guinle, que foram bem aproveitadas por ambos. Esse alinhamento ficou evidente quando Estado e Intendência (prefeitura de Salvador) intervieram no mercado, comprando, em 1913, todo o patrimônio da Bahia Light Power ao custo de um milhão e duzentos mil dólares, com a municipalidade se responsabilizando pelos serviços. A partir daí, a Cia. fluminense e seus sócios locais, sem competição e sem observar o direito à exclusividade de que desfrutava a Light, obteriam o controle monopolista dos setores de telefonia e eletricidade (geração e distribuição), que, por ato jurídico perfeito, pertencia à Light, dando origem à ação contra o poder público municipal e estadual no Tribunal de Justiça de Londres. Os irmãos Guinle, após 1912, funcionaram como procuradores e intermediários do governo baiano e da intendência de Salvador, agenciando contratos e recursos externos para obras públicas. Formava-se, assim, uma sólida e conveniente aliança. O reverso desse processo foi a aproximação do bloco de oposição (Ruy Barbosa, Araújo Pinho) com o grupo Light (CUNHA, 2017).¹¹

Desse modo, a mudança na direção política do estado, em 1912, foi decisiva para o resultado de disputas pelo controle dos setores de transportes urbanos, geração e distribuição de energia elétrica e comunicações, sendo o mercado baiano o único em todo o país em que Guinle & Cia não foi vencida pela Light and Power.

Assim, após a saída dos ingleses e a municipalização da Light, observa-se uma nítida e progressiva re-divisão no domínio das empresas desses setores, o que ocorrerá também nos setores ferroviário e portuário, de jurisdição federal. As concessionárias desses serviços, daí em diante, terão o controle acionário em mãos de investidores franceses, observando-se tempos e ritmos diferentes. Nos portos em 1905 e nas ferrovias em 1911. No setor ferroviário,

¹¹ Essa urdidura, que articula o capital estrangeiro aos atores políticos nacionais, nos remete ao tema do imperialismo (ou colonialismo moderno, para alguns), que, todavia, não será discutido aqui, seja por razões de espaço, seja porque o autor dele se ocupou em um artigo (CUNHA, 2003), retomando e aprofundando-o posteriormente (CUNHA, 2017).

o capital francês foi estabelecido durante passagem de Seabra no Ministério da Viação, oportunidade em que contratou a concessão de toda Rede Ferroviária Baiana com a *Chemins de Férr dú Est Bresilien*.¹² No porto de Salvador, outra concessionária francesa, a “Companhia Internacional de Docas Melhoramentos do Brasil” foi contemplada por Decreto (n. 5.550) de 1905 do Presidente Afonso Pena, de quem J. J. Seabra foi Ministro de Justiça e Negócios Interiores, obtendo o direito de explorar os serviços portuários por 60 anos, expirados em 1972. Desse modo, o capital estrangeiro francês assumia posições de destaque nos espaços de competência da União, como o portuário e ferroviário, mas, também, no fornecimento de equipamentos para obras públicas.¹³ Na dívida pública externa estadual e municipal, os bancos ingleses viam a titularidade e o controle desses contratos e títulos serem divididos pelos franceses.

Por sua vez, grupo Guinle se concentrou na intermediação financeira, representando o Estado e o Município em negociações para contrair empréstimos junto à banca internacional. Na economia interna passou a controlar a produção e distribuição de energia hidroelétrica e termoelétrica. Praticamente monopolizava os transportes urbanos privados da capital (bondes, elevadores e planos inclinados), e ampliava sua presença para os serviços de telefonia, e parte considerável das obras relativas às reformas urbanas de responsabilidade do estado através da “Companhia de Melhoramentos” (Góes Calmon, Eduardo Guinle, dentre outros). Juntas, essas posições possibilitaram aos Guinle, em aliança e compondo o bloco de poder hegemônico baiano até 1923, a aquisição da propriedade do solo urbano das zonas de expansão mais valorizadas da capital, como as situadas entre a Barra e Ondina. Detendo os meios para levar transporte e energia às áreas de seu interesse, tornou o setor imobiliário um dos seus grandes negócios, ademais, um dos mais visados pelos investidores locais (CUNHA, 2017, p. 163).

Assim, cabe sublinhar tais disputas envolvendo grupos empresariais pelo controle monopolista dos setores de energia elétrica e transportes públicos na Bahia e no território

¹² “Como Ministro do Exmo. Marechal Hermes da Fonseca, Digníssimo Sr. Presidente da Republica, tive a honra de desembarçar, revendo o contrato de nossa viação federal e impulsionando a execução das obras do nosso porto, ativa estas importantes construções e ... alargado o local do nosso comércio” - MENSAGEM do Governador J. J. Seabra à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia de 1913, p. 18.

¹³ A respeito da infraestrutura baiana no período, ver CUNHA, J. “O porto de salvador e suas interfaces com a economia e política na Primeira república (1900-1930)”, In VELASCO CRUZ; LEAL e PINHO (ORGs). Histórias e espaços portuários. Salvador e outros portos. Salvador: Edufba, 2016.

nacional, enlaçando parte significativa de dirigentes políticos e da elite empresarial local, alguns deles acionistas minoritários nessas companhias, a exemplo do próprio Intendente Julio Viveiros Brandão¹⁴. Por esses e outros caminhos afins, as políticas de saneamento e de infraestrutura baianas foram, em grande medida, comprometidas. Às vezes, dividindo -se em blocos de interesses rivais pelo controle dos postos de poder, orçamentos públicos, contratos generosos e também pela capacidade do estado de favorecer ou dificultar o projeto maior das grandes corporações empresariais: o controle monopolista desses mercados. Foi o próprio presidente da Light, Fredrick Pearson, em telegrama de 1907, referindo -se à capital paulista, quem declarou: “espero que encontrem alguma forma de impedir que os Guinle se firmem em São Paulo e que o Sr. Mackenzie consiga junto ao Dr. Prado [o intendente Antonio de Almeida Prado] algum tipo de quase monopólio para a Light and Power”, o que, de fato, se deu, através de confirmação judicial (McDOWALL, 2008, p. 130-131). Na Bahia, todavia, os irmãos Guinle, em função de uma sólida aliança com o bloco seabrista, controlaria os serviços públicos por quase duas décadas, mas, em função das disputas judiciais da insegurança jurídica disso decorrentes, muito pouco se conseguiu avançar no estado.

Palco de disputas entre empresas de energia, a Bahia, durante as primeiras décadas do séc. XX, permanecia essencialmente agro-mercantil, sem mudanças significativas em sua base produtiva, e, sobretudo, sem energia que facilitasse, não só o cotidiano de sua população, mas também a força motriz para sua base material. A única novidade econômica era o crescimento das exportações do cacau plantado na região Sul. Por isso mesmo, a natureza da ação estatal não se alteraria substancialmente, embora, a partir de 1912, haveria uma sensível mudança no discurso político do grupo dirigente. A alteração do discurso anunciaria um projeto de reformas urbanas e seria marcada pela independência e pelo confronto com grande parte das oligarquias locais, que receberiam Seabra como uma imposição do Presidente Mal. Hermes da Fonseca¹⁵.

Nesse contexto, a nova formulação discursiva buscava responder as contínuas controvérsias com os representantes do que Seabra chamava de “modorrentas”

¹⁴ Possuía ações da Cia. Linha Circular de Carris da Bahia e da Cia. Trilhos Centrais (APEB, Autos Cíveis, 57/3030/18), cujo controle administrativo pertencia a Guinle e Cia.

¹⁵ Buscava, ainda, cooptar grupos e movimentos populares que emergiam descontentes com a carestia dos alimentos, moradias e reivindicando melhores salários e condições de trabalho.

administrações do passado, e, o que é mais importante, buscava contemplar as alianças nacionais e internacionais (que durante a guerra lhe faltaria) que construiu para alicerçar seu domínio. Sem especificidades de classe a considerar, os interesses que o grupo seabrista representava eram recortados entre os projetos e atores sociais da mesma estrutura agro-mercantil, até porque não se registra alteração significativa nas relações sociais nesse período. Apenas os termos das alianças corporativas do seu “bloco de poder” variaram. Neste bloco, os principais sujeitos eram as empresas concessionárias de serviços e obras públicas. Por conseguinte, mudava o grupo e o discurso, mas não alterava o conteúdo social da política estatal. A demonstração desse entendimento pode ser realizada, também, pela abordagem crítica da política de saneamento praticada durante as reformas urbanas das décadas iniciais do século XX, o objeto deste artigo.

Prioridades e saneamento

Entre 1900 e 1905, a Bahia viveu um período de baixa geral nos negócios. Tenderam a declinar as exportações, as receitas públicas e privadas. Apesar disso, nesse período, teve início uma das poucas investidas à estruturação da infraestrutura sanitária de Salvador ao longo do século XX, tanto nos sistemas de abastecimento de água e rede coletora de esgotos, como o esboço de uma política de saneamento e prevenção contra as epidemias e pestes, ainda que limitado e insuficiente (governo de Severino Vieira, 1900-1904).

No início do século XX, Salvador contava com 53 km de rede de água e o volume distribuído pela companhia responsável pelo abastecimento não excedia a sete mil metros cúbicos para uma população em torno de 225.000 habitantes (em 1904). Estimando uma população rural sem acesso à rede distribuidora, em torno de 22% da população do município, seriam 175 mil a serem efetivamente abastecidos. Desta forma, caberiam 40 litros de água para cada habitante da urbe, volume claramente insuficiente, demonstrando quão estrangulados estavam os mecanismos de abastecimento.

A responsável pelo abastecimento, a pioneira Companhia do Queimado¹⁶ foi encampada pela Intendência, em 1904, mediante indenização de dois mil e setecentos

¹⁶ Empresa privada pertencente ao português Francisco Pereira da Rocha quando surgiu, em 1852. Após os surtos de cólera de 1825-56, ampliou os serviços de abastecimento através da canalização de água da

contos de réis (2.700:000\$000), pagos posteriormente. Para ampliar o serviço de águas e esgotos, o Conselho Municipal autorizou a intendência contrair empréstimo externo, aproveitando uma das linhas de financiamento disponibilizadas pelos exportadores europeus de capitais.

Em 1905, o município realizou concorrência pública para conceder à iniciativa privada a exploração desses serviços, venceu o ex-Diretor e Engenheiro Chefe do Saneamento do Estado de São Paulo entre 1898 e 1903, o renomado engenheiro baiano, Teodoro Sampaio, responsável pela única proposta apresentada. Sua empresa projetou, construiu e explorou os serviços de abastecimento d'água e esgotos no momento de relativa disponibilidade financeira para a infraestrutura sanitária da Capital, na primeira República. Para tanto, foi decisiva a contratação, em 1907, de empréstimo externo pelo Município junto ao L'Union Parisiense. Com o caixa reforçado, Salvador realizou melhorias no sistema de abastecimento de água da Mata Escura e ampliou a rede de esgoto da capital, não sem muitos percalços e dificuldades, como adiante veremos.

Para a realização do sistema de abastecimento de águas, Teodoro Sampaio elaborou a planta da cidade e de seus arredores, e estudou diversos mananciais hídricos (Saboeiro, Cascão, Cachoeirinha e Pituassú, afluentes do rio das Pedras, e do Jaguaripe e seu afluente Taburugy ou Trobogy)¹⁷. As obras de abastecimento foram feitas de forma fragmentada, com Teodoro responsabilizando a Intendência por essa descontinuidade. Assim, as inaugurações mais importantes ocorreriam em 1907 e 1909. Entre 1910 e 1912, parece não ter havido novas conclusões. Somente a partir de março de 1913 serão apresentadas novas realizações, mas logo interrompidas (SILVEIRA, 2000, p. 197). As obras realizadas pela empresa de Sampaio, contudo, não foram acompanhadas das ações complementares previstas. Poucos anos mais tarde, o abastecimento de água não era mais satisfatório quantitativa e qualitativamente.

barragem do Rio Queimado e realiza, assim, uma das primeiras melhorias nas condições sanitárias e higiênicas da cidade. À época da encampação possuía um sistema de bombeamento movido a vapor, para elevar, armazenar e distribuir água que vinha das estações de tratamento do Queimado e Retiro, de onde distribuía, por gravidade, para fontes e chafarizes da cidade alta e da cidade baixa.

¹⁷ Na sua nascente, o Camurugipe forma dois importantes diques, que, até meados do século XX, integravam o sistema de abastecimento de água de Salvador. O principal era o Dique de Campinas de Pirajá que se comunicava à represa da Mata Escura - Calabetão.

O contrato com Teodoro Sampaio em 1905¹⁸ havia suscitado certa polêmica, especialmente atinente à apreciação quanto ao orçamento geral do projeto. Segundo o engenheiro, ainda na fase pré-contratual, os recursos do empréstimo externo seriam suficientes para execução do conjunto das obras. Esta afirmação consta em Carta enviada ao chefe do executivo municipal e que foi anexada, depois, ao contrato. Contudo, os estudos definitivos dos custos resultaram num orçamento bem superior ao dinheiro disponível do empréstimo. Segundo a carta citada, as obras referentes ao abastecimento de água não exigiriam mais de 2.700:000\$000 (dois mil e setecentos contos de réis), as obras de esgotos, 4.600:000\$000 (quatro mil e seiscentos contos) e a encampação do Queimado 2.500:000\$000 (dois mil e quinhentos contos), ao todo, 9.800:000\$000 (nove mil e oitocentos contos). Sendo o valor do empréstimo equivalente a 11.705:000\$000, a diferença de 1.700:000\$000 seria aplicada em outras obras, como a construção de mercados.

Contudo, uma vez assinado o contrato, foram efetivados estudos minudentes, que indicaram outras cifras. Para o abastecimento de água houve um acréscimo de 2.761:385\$218 em relação à previsão inicial, ou seja, chegava a 5.618:142\$656, 118%, além do valor inicialmente estimado. Na opinião pública contemporânea, não faltaria quem analisasse o episódio sugerindo que Sampaio teria subestimado o valor para encorajar a efetivação de contrato a si mui vantajoso ou que, posteriormente, teria superestimado os custos para auferir vantagens contra a municipalidade (SILVEIRA, 2000, p. 160-174).

Após as ações financiadas pelo empréstimo francês, Salvador havia elevado sua rede de abastecimento de água de 53 para 90 quilômetros e sua rede captação de esgotos de 4 para 27 quilômetros. Pouco para as pretensões do projeto e do contrato de 1905, mas efetivamente o maior, senão o único, esforço efetivo de implantação de uma infraestrutura sanitária na capital por um largo período.

Não só problemas de financiamento prejudicaram a implantação das redes de água e esgoto; uma disputa judicial entre Teodoro Sampaio e a Intendência irrompeu ainda em maio

¹⁸ O contrato firmado com a Intendência em 1905 e revisto no ano seguinte estipulava o conjunto das obras e as condições de remuneração, com particularidades. Os conflitos entre as partes deveriam ser dirimidos através do arbitramento. Por comissão, indicada consensualmente, no caso de questões técnicas, presidida pelo Diretor do Instituto Politécnico, no caso de questões jurídicas, pelo Diretor da Faculdade Livre de Direito da Bahia. Somente na hipótese de o valor da disputa ultrapassar a soma de dez contos de réis a contenta poderia ser levada ao judiciário (APEB, Republicano, Autos Cíveis 2, 33/A/1125/19).

de 1908, quando um mandado judicial requerido pelo engenheiro determinou para si a manutenção da posse das obras e do material adquirido para sua realização e, por conseguinte, a continuação destas sob sua direção. Contudo, pouco tempo depois, Sampaio requereu a desistência da ação, informando ter cessado “o receio de turbação” ou ameaça à posse e continuidade das obras¹⁹.

De todo modo, esse episódio explicita a fragilidade da situação do empresário frente ao poder municipal, já em 1908. Durante o mandato do Intendente Júlio Brandão, em 1913, foram construídos, sob protestos de Teodoro Sampaio, esgotos por ele considerados precários e temerários à saúde pública, em vários locais da cidade. O município alegava tratar-se de obras provisórias. Contudo, essas obras foram feitas usando material adquirido com recursos do empréstimo e, portanto, por força do contrato de 1905, deveria ser utilizado nas obras definitivas pela empresa de Teodoro. Em carta ao Intendente, o contratado protesta contra o não cumprimento do que entendia ter sido uma promessa do mandatário municipal, suspender os tais esgotos provisórios, chamados nos “papéis públicos de canos (...) e coletores de águas pluviais”, presentes em vários pontos da cidade, do Rio Vermelho às ruas do Centro. Reclamava, ainda, contra as obras domiciliares de ligação dos imóveis à rede de esgotos, que também caberiam, com exclusividade, à sua empresa, embora as responsabilidades pelos pagamentos fossem dos particulares, mas que vinham sendo feitas às claras por outros agentes. Desse modo, quando, em 12 de dezembro de 1914, o município realizou o pagamento de obras realizadas durante o ano anterior, em verdade estava ultimando, também, a suspensão do contrato com Teodoro, fato que ele reconheceria em carta de 1918²⁰.

Com efeito, a chegada de Júlio Brandão à intendência e de J. J. Seabra ao governo do Estado representaram o início do fim das atribuições da firma Sampaio, apesar de os compromissos contratuais de 1905, em tese, ainda estarem vigendo. Durante as reformas urbanas em Salvador, verifica-se o cancelamento subliminar do projeto e do contrato de Teodoro Sampaio. Outros prestadores de serviços foram contratados para a realização de

¹⁹ APEB, Republicano, Autos Cíveis 2, 33/A/1125/19.

²⁰ SAMPAIO, T. Carta enviada ao Intendente Municipal em março de 1918. *In*: Coleção T. Sampaio, Pasta 6, Doc. 11, 1918 (Arq. do IGHB).

obras na cidade, sem qualquer ligação com o projeto sanitário e as prioridades estabelecidas anteriormente.

O caráter subliminar da suspensão das obras de saneamento programadas pode ser percebido pelos convites do Prefeito e do Governador²¹ a outros profissionais, demandando “projetos de construção e exploração” para os serviços de água e esgotos da capital. Já em 1913, Saturnino de Brito recusou a solicitação, mas indicou uma equipe que, ao final, não foi contratada. Voltaria a declinar de idêntico apelo em 1915, sugerindo outros nomes. Finalmente, foi acertado, em 1916, o Eng. Lourenço Baeta Neves. Todavia, sua missão se restringiria a elaborar parecer que indicasse obras para melhorar a qualidade, volume e distribuição de água. O problema, como facilmente se percebe, não era de diagnóstico. Basta ver que, para a estação da Bolandeira, concluída em 1909, o motor Diesel e a bomba centrífuga, previstos, somente foram instalados em 1917.

Pela correspondência de Sampaio sabe-se, também, que, em 1918, reclamava ele ao município pagamento por danos e prejuízos por obras que deveriam ter sido concluídas em 1909, mas que, até aquele momento, “ainda se encontravam paralisadas devido à falta de materiais que o município não tem podido fornecer, como se obrigara, e a falta de pagamentos de uma parte das que foram realizadas e aceitas”. Em 1922 ressalta que foram construídos apenas 27 dos 100 quilômetros de esgotos coletores projetado; e realizadas 2.703 ligações domiciliares. Salientava a existência de incontáveis ligações residenciais feitas clandestinamente. E, sobretudo, questionava o fato da rede de esgotos da cidade baixa não ter sido concluída, por não ter sido construída a estação de bombas, agravando o mau funcionamento de todo serviço. Dizia ele, em tom de polido protesto, não haver justificativa para isso, pois faltavam apenas elementos de ligação e as bombas para elevação dos dejetos.

Apesar do esforço conjunto das três esferas do poder público em diversos investimentos na cidade²², a Cia responsável pelo saneamento estava submetida à cobrança judicial proposta pelo *The London and River Plate Bank*. A análise da documentação judicial evidencia que Sampaio suportava, nesse período, prejuízos consideráveis por não ter

²¹ No final de 1914, o serviço de abastecimento de água foi, provisoriamente, repassado pelo município ao poder do Estado, conforme informou Sampaio, através do Diário Oficial do Estado, em 03.01.1915, p. 667, apud Silveira, 200.

²² Empresas, profissionais de nível superior e até operários de outros estados foram atraídos para Salvador pelas oportunidades lucrativas geradas no Estado (Mensagem (J. J. Seabra) de 1913, p. 50).

conseguido descontar Notas Promissórias emitidas pelo município, o que o fez realizar empréstimos bancários, que não teve como pagar. A agência local do principal banco londrino no país, em 1919, executou judicialmente empréstimo de sete contos e quinhentos mil réis para o qual Sampaio havia oferecido, como garantia, títulos emitidos ao tempo do intendente Julio Viveiros Brandão, que totalizavam 12 contos de réis em créditos juntos ao Tesouro. Essas Notas possuíam autorização de pagamento firmada no verso pelo próprio Intendente, à ordem do portador²³, mas não eram quitadas. Assim, embora credor de valor bastante superior ao empréstimo contraído, a Cia. Sampaio estava exposta à penhora e execução judicial. Ao final do processo de execução, o banco, através do procurador Eugênio Teixeira Leal, sugeria prosseguir na cobrança da dívida, por outros meios, visto ter recebido, pela venda das Promissórias penhoradas, “quantia muito inferior” ao capital e aos juros do empréstimo. Desse modo, as alegações de “prejuízos e danos” causados pela omissão do poder público parecem ter sido o cenário final da empresa de saneamento.

Salvador, por esse caminho, apesar de diversas obras e volumosos aportes de recursos públicos federais, estaduais e externos chegaria ao fim das décadas iniciais dos 1900, sem, contudo, possuir a estrutura sanitária projetada, em 1905, por Teodoro Sampaio. Nesse campo, mantinha-se inalterado, por conseguinte, o conteúdo da ação estatal, apesar do discurso sanitaria em voga entre dirigentes políticos, elite e imprensa locais.

Distância entre saúde pública e discurso sanitaria

É a partir dessas constatações e do enquadramento que devemos abordar as formulações discursivas sobre as reformas e obras desse período. A partir das Mensagens enviadas à Assembleia Legislativa é possível estabelecer uma primeira dessemelhança entre a concepção do governador J. J. Seabra e a formulação sanitaria em geral. Enquanto, para esta, a ênfase e o foco das transformações desejadas se concentram na higiene e no saneamento do ambiente, para o governante trata-se, primeiramente, de “modernizar” a

²³ APEB, Judiciário, Autos Cíveis 1, 248/276/6 (1919). O banco acabou vendendo no mercado as Promissórias com valor nominal de 12 contos por apenas cinco contos de réis. Ou seja, Teodoro deixou de receber sete contos devidos pela prefeitura e ainda continuou devedor da instituição financeira em dois contos e quinhentos mil réis, mais os juros do período entre 1919 e 1922, quando foi realizada a venda das Letras Penhoradas.

cidade, resgatá-la da “incúria do passado”; cabia a sua administração eliminar “as chagas do passado colonial”²⁴. Prevalece, em sua representação da realidade, a busca da superação do atraso socioeconômico pela adoção de uma nova plástica urbana, onde o estado cumpriria um papel fundamental.

Ao contrário do que se presume sobre o liberalismo reinante na primeira República, a concepção de estado predominante é francamente intervencionista. Todo programa de governo e realizações, não só de Seabra, mas de boa parte de seus antecessores no período republicano, mostraram isso. Mas intervencionista de um tipo diferente daquele que teríamos após 1930. Tratava-se de empenhar a máquina pública no aprofundamento do tipo de crescimento econômico a que se dedicavam as classes dominantes. Não se questionava a possibilidade desse modelo ser causa das dificuldades sociais, muito menos a razão do atraso da Bahia em relação aos estados a que se queria equiparar, com medidas que entendiam significar “modernização”. Objetiva-se persistir, aprofundar-se no caminho percorrido até então, a produção e exportação de produtos agrícolas e matérias-primas. Enfim, o modelo agro-mercantil foi o único horizonte vislumbrado por Seabra e, igualmente, por seus adversários. De modo que, anos depois dele, o governador Vidal Soares ainda insistia na “vocação agrícola” da Bahia, argumentado que uma política de “investimentos externos em instalação de grandes maquinarias representariam escravidão, em vez de a nossa formação econômica”. Ao contrário, diz ele, não se poderia “abandonar o imenso campo de produção de matérias-primas” que poderia ser explorado.²⁵

A ingerência do estado na cidade de Salvador correspondia a esse modelo de intervencionismo. Tratava-se de remodelar e aformosear, conforme as preferências est ticas elitistas da época, algo comum ao período, para grande parte das capitais latino-americanas em movimentos atribuídos à influência da “ideologia modernista” (ALMANDOZ, 2006), e não necessariamente a processos de desenvolvimento material ou de modernização econômica. Daí seu caráter mais ideológico e pouco saneador.

Quando confrontado   realidade, o discurso governante revela muitas confusões. Sanear era verbo conjugado amplamente nas falas e homilias de governantes e jornalistas,

²⁴ Mensagens (J. J. Seabra) de 1913, p. 15, e 1914, p. 71.

²⁵ Mensagem (  Assembleia Legislativa) do Gov. Vital Henrique Batista Soares, 1929, p.58. Sobre a natureza da intervenção estatal pré-1930 ver CUNHA (2017).

mas quase sempre como sinônimo de demolir, embelezar ou expulsar. E, em geral, como antônimo de distribuir e coletar. Distribuição de água e coleta de esgotos, essenciais à política de saúde sanitária e para a salubridade e higiene do ambiente, em especial das moradias proletárias, ocupam espaço apenas secundário nessa vesga gramática dominante, e lugar quase desprezível nas obras públicas empreendidas no período. Neste aspecto, as prioridades de Seabra foram, desde cedo, firmemente estabelecidas.

Com a Lei de 1912, o governo definiu seus termos de referência para a saúde pública: a primazia caberia à “vigilância sanitária” a prédios públicos e particulares, que ampliou consideravelmente, e ao “Instituto Vacinogênico”, que efetivamente reformou e ampliou. Com essa lei, transferiu do município para o estado a responsabilidade pela vigilância sanitária, o que considerava essencial em termos de saneamento e higiene. Essa preferência, dizia o governador, resultava do que entendia ser “as maiores lições” durante o episódio de combate à febre amarela no Rio de Janeiro, quando esteve à frente do Ministério do Interior no Governo de Rodrigues Alves.

Curiosamente, em 1913, Salvador deixava de realizar o projeto para serviço de águas e esgotos em meio a escândalo de desvio de recursos pelo aliado do Governador, o Intendente Julio Viveiros Brandão (GUINLE & CIA, 1914, p. 8). Apesar disso, esse serviço essencial não foi chamado à responsabilidade do Estado. Na retórica seabrista, “foram os serviços de saúde pública (...) objeto do maior cuidado”, quando a questão da infraestrutura em saneamento não se incluía em suas prioridades.

Todavia, seu governo deixou de deslocar para o Estado a competência desse setor, essencial ao saneamento, preferiu mantê-lo sobre a esfera e o controle do município, num contexto de suspeição do intendente. Ao final de seu primeiro governo, Seabra tem clareza da vulnerabilidade dessa coluna em sua obra. Mas preferiu atribuí-la às “faltas outras, de origem municipal, que, de pronto, se não poderiam suprir, como o melhoramento do serviço de águas e o de esgotos”...²⁶.

²⁶ Conforme o Governador os “pontos essenciais” de suas realizações nesse campo foram:

a passagem para os cuidados da higiene estadual à polícia sanitária das habitações, escolas, teatros e outros prédios; responsabilidade do Estado, sem prejuízo de igual obrigação dos Municípios, no serviço de vacinações; criação do serviço de verificação de óbitos; aumento do pessoal nos serviços de desinfecção; instituição de um serviço especial para a profilaxia contra a febre amarela; regularização do pessoal e trabalhos do Instituto Vacinogênico, Anti-rábico e Bacteriológico, e do Hospital de Isolamento;

Outra dessemelhança básica entre discurso sanitarista e a ação estatal efetiva reside na concepção de “circulação”. A circulação de mercadorias, bondes e automóveis é mais destacada no discurso político, enquanto a do ar e da luz no discurso sanitarista. Num e noutro, a circulação incluía, necessariamente, abertura de ruas largas, praças e avenidas. Entretanto, a destruição de prédios e monumentos de valor histórico, o chamado “urbanismo demolidor”, tão marcante nesse período, não parece ter sido um imperativo técnico ou uma prioridade saliente nas concepções dos profissionais envolvidos nos projetos ou estudos para Salvador, embora as ações efetivamente empreendidas pelo poder público se notabilizassem pela entrada em cena do “alvião demolidor, desrespeitoso, ousado e impenitente [abrindo] no seio da velha cidade a alegria nova das vias amplas, modernas, por onde possa circular livre e fecunda a vida feliz de um povo forte”²⁷. Nesse tom, a imprensa mantinha o coro.

A propósito, Teodoro Sampaio, em seus estudos de 1905, propõe que as modificações devam tomar em conta o “relevo, a elegância e o conjunto para a obtenção de um bom efeito estético, respeitando os monumentos de valor histórico e arquitetônico” (grifo nosso). Quanto à abertura de ruas e avenidas os critérios orientadores seriam salubridade, fluidez e redução das distâncias (PINHEIRO, 2002, p. 231). Ainda para Sampaio, sintonizado com as referências técnicas de seu tempo, os eixos para o re-ordenamento da cidade passariam por “saneamento, embelezamento e comunicação”. Embora voltado para elaborar o projeto de saneamento, ele chega a esboçar um plano viário. Indica um vetor de expansão sul pela criação de uma visionária Avenida Beira-Mar entre a Conceição da Praia e o Porto da Barra²⁸ (portanto, margeando a encosta da Baía pela Gamboa e Vitória), um túnel na Barroquinha interligando a cidade Baixa à Alta, e uma avenida entre a Praça Castro Alves e o Campo Grande (FERNANDES, SAMPAIO e GOMES, 2005, p. 172).

Expresso em Sampaio, o respeito aos monumentos históricos não está tão evidente em Jerônimo Teixeira de Alencar Lima, o engenheiro autor, já em 1910, do “Plano geral de

fundação de postos sanitários e organização dos plantões; criação do Juízo dos Feitos da Saúde Pública (Mensagem (J.J.Seabra) de 1916, p. 14 e 15).

²⁷ Gazeta do Povo, 20.05.1912.

²⁸ Nesta perspectiva, o Jornal de Notícias (25.06.1912) publicou opinião anônima, em meio à opinião reinante de bota tudo à baixo, defendendo aplicação diferente para os recursos da reforma. Para esse leitor, o capital deveria ser empregado em “desapropriações de terrenos baldios para grandes edificações modernas, como sejam: estrada de Brotas, da Fonte Nova, Rio Vermelho, da Barra-Avenida, da Travessa do Bonfim a Itapagipe, na estrada do Matatu, na estrada do Retiro à rua Dr. Seabra e em tantos outros possíveis de serem transformados em belas avenidas com a máxima utilidade para o povo”.

melhoramentos em parte da cidade do Salvador”. Em sua apresentação, diz que a parte plana da cidade alta “pode ser transformada radicalmente em outra de feições modernas desde que se aproveitem as ruas largas atuais”, se corrijam defeitos de alinhamento, façam ligações por outras ruas, também largas, estabeleçam convergências entre ruas e praças etc. Propõe, enfim, abertura de avenidas, alargamento de vias, e “nova pavimentação, além de construção de casas operárias e de edifícios públicos”, praças, parques, jardins e banheiros públicos. Este projeto foi, em dezembro de 1912, apresentado aos governantes estaduais e municipais numa versão mais ousada²⁹, mas mantendo as características originais, marcadamente a proposta de abrir uma grande avenida entre a Praça Castro Alves e o Campo Grande (LIMA, 1910, p. 1-2, apud PINHEIRO, 2002, p. 229-230).

Ao final, é a partir dele que foram feitas várias demolições de importantes prédios e monumentos históricos. Embora se deva registrar que os engenheiros que fizeram a velha cidade sentir o “calafrio do progresso” a lhe penetrar foram Arlindo Fragoso, secretário geral do primeiro mandato de Seabra, e Souza Mendes, diretor geral das obras de remodelação. No Distrito da Sé, entre a praça Castro Alves e a praça do Palácio, a responsabilidade pelas obras era do município. Entre a praça Castro Alves e o Campo Grande, por onde seriam abertas e alargadas as avenidas Sete e Carlos Gomes, a jurisdição dos trabalhos foi repassada ao estado³⁰.

Para Sampaio, como vimos, os elementos da técnica e da estética, tais como sanear, embelezar e comunicar não exigem sacrifícios dessa ordem. Alencar Lima, até onde se sabe, também não foi expresso. Não sendo uma exigência técnica a destruição de monumentos arquitetônicos, cabe perguntar-se tais demolições não esconderiam outros e mais veementes interesses, que simplesmente aqueles em prol do alinhamento reto das ruas, em função da suposta melhor fluidez que uma perspectiva linear ofereceria ao trânsito e à circulação. Seguramente, acima do discurso técnico estão as razões da política e do capital, sempre muito entrecruzados em matéria de obras públicas. Seguramente, na interseção entre elas encontramos pistas para compreender o labirinto da política estatal baiana, nesse quadrante

²⁹ Com o título ligeiramente alterado para “Plano de Melhorias de Parte da Cidade de S. Salvador”.

³⁰ Havia, ainda, as obras da zona portuária e comercial, sob responsabilidade e patrocínio federais.

histórico, e a histeria dos jornais na defesa do “progresso demolidor” ou da “faina saneadora das demolições”³¹.

Sanitarismo como reverso do urbanismo demolidor

Árduas eram as condições de vida e trabalho da população soteropolitana, e igualmente duros eram os pressupostos sociais da chamada “modernização”. A remodelagem urbanística exigia prioridade financeira e endividava o estado ao limite da bancarrota. Enquanto isso, agravavam-se as condições sócio-sanitárias da população. As reformas empreendidas em Salvador não alteraram o estado sanitário da capital e, durante as obras, surtos epidêmicos se sucederam. As taxas de mortalidade revelavam as precárias condições da saúde de todo o estado.

Essa percepção, curiosamente, foi possibilitada graças à ampliação da fiscalização de imóveis realizada nesse período. Através dos relatórios da Diretoria Geral de Saúde Pública produzidos pelos inspetores sanitários, constatamos a situação da população pobre da Bahia, não só no início do primeiro governo Seabra, mas no decurso e ao fim do seu largo domínio³². Para os inspetores sanitários, as camadas menos privilegiadas trabalhavam em demasia e recebiam remuneração insuficiente. Decorria uma situação de esgotamento físico e subalimentação. As moradias eram insalubres, mal arejadas, úmidas, pequenas e escuras. As pessoas se aglomeravam em compartimentos com capacidade inferior ao número de co-habitantes. Estavam situadas em becos e ruelas que careciam de limpeza e pavimentação, além de um serviço regular de água e esgoto.

Por sua vez, em épocas diferentes, nos relatórios apresentados a respeito do 5º Distrito, o Inspetor descrevia um quadro familiar aos contemporâneos e muito presente nos periódicos oposicionistas. Em seu relatório semestral, dirigido à Diretoria Geral de Saúde Pública, Dr. Collatino de Borborema solicitava que o Diretor interviesse junto ao poder

³¹ Gazeta do Povo, 20.05.1912 (apud, Peres, p. 36).

³² APEB. Secretaria do Interior e Justiça, Diretoria Geral de Saúde Pública. Conforme impressão geral transmitida pelos Relatórios de 18 Distritos Sanitários, entre 1912-1924.

municipal no sentido de sanar uma série de problemas detectados, tais como a falta de redes de esgotos, de canalização de água, de calçamento e a vegetação crescente em muitas ruas³³.

As epidemias, nesse ambiente tão convidativo e hospitaleiro, não deixariam de regularmente visitar a Bahia. A febre amarela, depois dos primeiros surtos no início da República, assolou repetidamente a capital entre 1909 e 1919. Quase duzentos casos foram reportados no ano de 1909 em Salvador, cerca de metade deles fatais, embora se suspeite que as estatísticas subestimassem os reais níveis de morbidez e mortalidade. A principal reação do governo foi a crítica aos meios de comunicação por publicarem informações sobre a epidemia, cuja divulgação "desabonava" a Bahia lá fora³⁴. A febre retornou dois anos depois, quando as medidas sanitárias organizadas foram desmobilizadas. O governador havia dispensado os trabalhadores do serviço especial contra febre amarela, para cortar despesas "desnecessárias". Como os casos da febre voltavam a crescer vertiginosamente, o governo foi forçado a restabelecer os serviços de combate à doença³⁵.

Na erupção dessa doença em 1918, a imprensa enfatizava o problema pelo ângulo das consequências financeiras. A febre terçã poderia ser prejudicial à economia de exportação (café, tabaco, cacau, açúcar e algodão), dependente do mercado externo. Era, portanto, preocupante saber que "diversos estrangeiros, com importantes negócios no estado", ficaram "visivelmente alarmados" com a possibilidade da eclosão de uma epidemia³⁶.

A peste bubônica, por sua vez, invadiu a cidade em 1904. As autoridades tentaram, sem sucesso, estabelecer um cordão sanitário em volta do porto. Pacífico Pereira, diretor de Saúde Pública, recomendou o extermínio dos ratos, a recuperação de velhos edifícios no Centro de Salvador, o fechamento de porões e sótãos e a completa remoção do lixo, mas a Intendência não se mobilizou. Depois de ter desembarcado no porto, a doença passou livremente pelos bairros. Em 1909, o governador Araújo Pinho assinalou que só uma melhora geral nas condições sanitárias de velhos cortiços e edifícios públicos, especialmente na parte

³³ Idem; Relatório apresentado à Diretoria Geral de Saúde Pública, Inspeção do 5º Distrito, Bahia, 10.6.1918.

³⁴ MENSAGEM do Gov. J. F. de Araújo Pinho à Ass. Legislativa do Est. da Bahia, 1910, p. 231-233.

³⁵ MENSAGENS do Governador A. F. Moniz de Aragão à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia de 1917, p. 28-47; e 1918, p. 64-86; e 1919, p. 59-68.

³⁶ A Tarde, 24.5.1918, p. 1. O jornal trazia, em sua primeira página, uma reportagem sobre o grande número de casos registrados e aventava a probabilidade de intervenção da União na Bahia, tendo em vista que "o Tesouro só" não poderia "comportar as despesas de uma larga, completa profilaxia, do ataque radical violento à epidemia".

da cidade próxima do porto, poderiam reduzir a infestação de ratos³⁷. Todavia, a peste repetiria seus ataques à cidade até 1915, demonstrando que as ações do período foram muito limitadas senão inócuas.

A varíola, depois dos estragos dos últimos anos do século XIX, retornou a Salvador em 1904; alcançou proporções epidêmicas entre 1908 e 1910³⁸ e assombrou a cidade, outra vez, em 1919 e 1920. Só em 1909 os serviços municipais de saúde começaram uma campanha de vacinação, financiada com recursos do estado. Entretanto, as campanhas eram esporádicas e pouco abrangentes. Em 1919 se registrou devastadora epidemia de varíola, a mais trágica da história do estado, com 4.612 casos e um total de 2.804 mortes³⁹. O governo federal foi obrigado a intervir.

Até então, não vigorava a vacinação compulsória, apesar da gravidade da situação, mas o Governo Federal passou a exigir certificado de vacinação como condição de embarque nos portos brasileiros. O primeiro posto federal de vacinação na Bahia foi aberto em setembro de 1919. Como se observa, a Bahia chegava ao final da segunda década do século XX sem realizar uma reforma sanitária efetiva. Mas os problemas nesse campo não ficam por aí.

Para a imprensa, o impaludismo revelava o precário estado sanitário da Bahia. A malária atingia desde a periferia da capital e o Recôncavo até o litoral e o interior, inclusive as regiões mais ricas como a zona cacaueteira. Segundo *A Tarde*, o estado não conseguia vencer as dificuldades para seguir adiante⁴⁰. Alardeava o matutino:

Ora, são as próprias vítimas, abatidas pela endemia maldita, ora são homens de consciência e coração, revoltados pelo sofrimento de seus semelhantes que vêm até 'A Tarde' rogar que ela brade alto contra a incúria e criminosa indiferença que o governo assiste, impassível, a inutilização e extermínio da população rural do Estado. (A TARDE, 8 mai. 1918)

Sugeriu ao governo que fiscalizasse a vendagem do quinino, assegurando preços módicos, coibindo as falsificações. E arrematava com o argumento central do movimento

³⁷ MENSAGEM do Governador João Ferreira de Araújo Pinho à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia de 1911, p. 11-13.

³⁸ Id, ibidem

³⁹ Conforme o Secretário de Interior, Gonçalo Moniz, citado na MENSAGEM do Governador por J.J. Seabra à Assembléia Legislativa da Bahia, 1921, p.420.

⁴⁰ A Tarde, 8.5.1918, p. 1

sanitarista, “esses infelizes doentes, maltratados, são outras tantas sementeiras onde o mosquito vai colher e disseminar pelas pessoas sãs, inoculando-lhes no sangue, os germes do impaludismo”. A consciência de que tais “sementeiras” brotariam nas “pessoas sãs”, mais adiante, forçaria a elite dirigente baiana a se engajar nas campanhas de combate à doença. Mas, para isso, foi necessária a intervenção do governo federal em convênio com a Fundação Rockefeller.

O vírus da *influenza* desembarcaria por aqui poucos meses após as denúncias sobre a malária. Entre setembro e novembro de 1918, a “espanhola” teria infectado, conforme avaliavam órgãos oficiais, cerca de 130 mil pessoas entre os (super) estimados 320 mil habitantes de Salvador. Num período de apenas 65 dias, 40,6% da população teriam contraído o vírus da doença. O Governo (sub) estimava em 338 os mortos pela gripe maligna, numa média diária de 5,2 óbitos⁴¹. A maioria dos óbitos ocorreu entre trabalhadores e os denominados, oficialmente, como indigentes. Eles, que já vinham acossados pela carestia, submetidos à desnutrição, desalojados pelas reformas urbanas ou aglomerados em habitações mal arejadas, úmidas, escuras, e alquebrados por epidemias precedentes, eram os mais vulneráveis à moléstia.



Fonte: (Apud SOUZA, 2005)

⁴¹ O governador recitava: os pequenos transtornos acarretados pela epidemia em Salvador se devia às prontas medidas profiláticas tomadas pela Diretoria Geral da Saúde da Bahia (MENSAGEM... Antonio Muniz de Aragão, 1919, p. 84-5).

Conforme o Serviço de Verificação de Óbitos, a maior parte das mortes ocorreu nos distritos centrais e nas zonas operárias do Pilar, Penha e Mares. O distrito de Santo Antônio Além do Carmo⁴², onde ocorreu o maior percentual, era área ocupada pelos mais empobrecidos – além dos operários fabris, dos empregados dos estabelecimentos comerciais e das companhias dos serviços urbanos. Lá se fixavam, também, os que viviam, preferencialmente, do mercado informal de trabalho. Nos distritos centrais da Sé, Pilar, São Pedro, Conceição da Praia e rua do Passo, as famílias se amontoavam em 'avenidas' (grupo de casas geminadas) ou em sobrados subdivididos, na esperança de aí encontrarem uma oportunidade de trabalho. Na Penha e nos Mares estavam localizadas as principais indústrias, e aí se concentravam, também, os seus operários. Também na Freguesia da Sé ocorria a maior concentração do comércio popular da cidade (SANTOS, 2001, CARDOSO, 1991).

No mesmo período, Ruy Barbosa engrossava o coro. Salvador, diria o maior prócer da oposição ao domínio seabrista, encontrava-se em estado lastimável – sem água, luz, escolas e sem pagar ao professorado. As belas calçadas e traçados retos das ruas e avenidas recortadas também não impressionavam à imprensa oposicionista. O asfalto que revestia as propaladas avenidas abertas por J. J. Seabra escondiam e mal disfarçavam "aos olhos ingênuos, a miséria, a imundície reinante". Em matéria de primeira página, registrava não haver higiene, nem preocupação com a limpeza das ruas e casas⁴³. Mas nem todos viam a situação por essas lentes.

Do Senado, a administração de Antonio Muniz era por Seabra defendida dos ataques. Para ele, a razão da ausência de políticas públicas consistentes e eficazes podia ser justificada pelas dificuldades financeiras do estado, e pelo boicote levado a cabo pelo sistema coronelista. A emergência da "revolta sertaneja" apresentava seus primeiros ecos e já surgia como justificativa para os problemas do governo. Essa interpretação, comum a parte da historiografia baiana, encontra aí sua formulação. Nesse discurso, de 1918, analisando o quadro político baiano, alega que a autoridade do estado está fortemente abalada pelo sistema coronelista vigente. Infere que o domínio dos coronéis sobre o interior "estorvava a

⁴² O distrito Santo Antônio do Além Carmo abrangia os atuais bairros da Liberdade, Fazenda Grande e São Caetano.

⁴³ Diário da Bahia, edições de 6.10.1918 e 18.10.1918.

execução de leis e das políticas públicas”⁴⁴. Os fatos posteriores indicam que isso pode ser considerado correto para o sertão das Larvas Diamantíferas e do São Francisco, mas não pode ser alargado para Salvador e para as regiões Recôncavo e Sul do estado, aonde a revolta armada dos coronéis contra o governo baiano não chegava e não influenciava a gestão pública (MORAES, 1991; PANG, 1978).

Ademais, o exemplo da capital, onde nada impedia a execução de suas prioridades, também não lhe dá razão. Ao contrário, no que diz respeito às políticas de saúde e saneamento, os registros de diversas epidemias desnudam as fragilidades desses serviços, e os relatórios sanitários não deixam dúvidas como tuberculose, impaludismo, sífilis, varíola, peste bubônica, influenza, disenteria (...) eram espectros que rondavam o cotidiano das classes trabalhadoras e, no caso da febre amarela, até de estrangeiros, não só assustando, mas provocando muitas mortes. A inexpressividade da política sanitária baiana impressionava ao final do governo de Antonio Muniz (1916-1920).

As condições sanitárias em Salvador continuaram sem grandes alterações durante o segundo mandato de Seabra, que sucedeu seu aliado Antonio Muniz no governo. Relatório da Secretária do Interior de 1921 relacionou o que considerava, então, causas do problema: infraestrutura de esgoto e abastecimento de água totalmente insatisfatória; brejos e pântanos formavam perfeitos terrenos de procriação para mosquitos e parasitas; bairros “muito antigos” (como o Pilar, Preguiça e Taboão) continuavam a violar os “modernos princípios” de higiene⁴⁵. As taxas de mortalidade mantiveram-se muito elevadas durante toda República Velha. Em 1919, ano de epidemia de varíola, a taxa foi de 27,95 por 1000 habitantes (SANTOS, 2001, p. 15). Segundo Phyllis Deane (1975, p. 33) na Inglaterra, antes da Revolução Industrial, a taxa de mortalidade era estimada entre 30 e 40 por mil habitantes. A proximidade desses números, apesar da diferença de quase cento e cinquenta anos entre os contextos comparados, nos dá ideia das debilidades sanitárias baianas em plena década de

⁴⁴ Seabra observa que as oposições, na Bahia, tinham sido aniquiladas desde a morte de seus principais líderes – José Marcelino e Severino Vieira. Seu partido, o Republicano Democrata (PRD), apesar da oposição do senador Ruy Barbosa, seria o único da Bahia “forte, organizado, coeso”. Tal coesão política era importante para o restabelecimento da autoridade do estado, fortemente abalada pelo sistema coronelista vigente. (Seabra, 1918, p. 18).

⁴⁵ MENSAGEM do Governador por J.J. Seabra à Assembleia Legislativa. Bahia, 1921, p. 369-370.

1920. Será necessária a intervenção do governo federal⁴⁶ e da Fundação Rockefeller para pôr de pé a marcha da política sanitaria no Estado.

Mesmo com o fim das dificuldades econômicas decorrentes do conflito mundial não se observa a retomada de investimentos estaduais em saneamento público. O único ato digno de nota, ainda que apenas formal, viria com a aprovação da Lei nº 1.114, de 30/12/1924. Esta norma autorizava o Governador Góes Calmon transferir ao Estado a responsabilidade e os encargos da gestão dos serviços de abastecimento de água e saneamento básico da Capital.

No ano seguinte, após estiagem, que provocou drástica diminuição (50%) do volume distribuído às residências, foi celebrado acordo com o município pelo qual o Departamento de Engenharia da Subsecretaria de Saúde e Assistência Pública assumiria a nova incumbência. Assim, a medida que Seabra não tomou só agora seria recepcionada pela jurisdição estadual, embora Salvador estivesse “atormentada pelo mal da falta de água há muitos anos” conforme observou Saturnino de Brito.

A precariedade dos serviços, evidentes aos olhos dos contemporâneos, não foi a única razão para o Governo Estadual assumir essa atribuição. Sob o impacto da intervenção federal na política de saneamento, a elite local foi obrigada a tomar algumas medidas de reorganização do sistema de saúde pública. Em julho de 1925 foi criada a Subsecretaria de Saúde e Assistência Pública, subordinada diretamente ao governador. Em seguida, foi aprovado o primeiro Código Sanitário do Estado.⁴⁷ Em junho de 1927, o estado participaria, sob pressão inerente à ajuda financeira federal, de campanhas sanitárias no interior e campanhas contra a tuberculose e à saúde infantil em Salvador.

Nesse processo, os aportes de verbas federais e a presença da Divisão Sanitária da Fundação Rockefeller⁴⁸, dirigindo as campanhas sanitárias, constituíam em constrangimento

⁴⁶ Em 1919, a morte do presidente eleito, causada pela malária, o paulista Rodrigues Alves, ajudou a mudar o rumo da política federal em relação à questão sanitária na Bahia e no Nordeste. Epitácio Pessoa foi o primeiro e único nordestino a ocupar a Presidência durante a Primeira República. Sua primeira mensagem ao Congresso defendia uma completa reorganização do setor de saúde pública. Em 1920, o código sanitário proposto por Carlos Chagas permitia ao poder central intervir nos serviços estaduais de saúde pública (cf. Santos, 1998).

⁴⁷ MENSAGENS do Governador por J.J. Seabra à Assembleia Legislativa da Bahia, 1922, p. 39- 48; e do Governador Francisco M. de Góis Calmon de 1926, p. 170-185.

⁴⁸ A Fundação Rockefeller atuava no Brasil desde 1916 em convênio com o governo federal. Inicialmente firmou acordo com o estado para fornecer recursos e médicos destinados ao controle e tratamento da febre amarela.

político, para o qual um estado voltado para o comércio internacional como a Bahia não poderia fechar os olhos. Nesse sentido, os efeitos das campanhas contra a febre amarela, coordenadas pelos norte-americanos, levaram à criação da Secretaria Estadual de Saúde, em 1927. A estadualização dos sistemas de águas e esgotos ocorre em decorrência desse novo contexto, assim como a contratação, em seguida, de Saturnino de Brito para revisão e ampliação desses serviços.

Na avaliação abalizada do engenheiro carioca, a situação não teria chegado ao estado deplorável em que se encontrava, caso as administrações passadas “tivessem feito oportunamente as obras previstas e se ao menos as executadas tivessem sido bem conservadas e protegidas contra as invasões nos domínios do serviço e o abuso nas derivações domiciliares”⁴⁹. Em seu estudo sobre a qualidade da água, registrou que a represa do Queimado era considerada uma das principais responsáveis pela epidemia de febre tifóide e disenteria bacilare em Salvador.

Considerava que a situação de grave deficiência no serviço de abastecimento era conhecida na Bahia. Também o eram as soluções: “novas represas em tais ou quais mananciais, filtração, usinas de elevação mecânica, condutos de recalque, reservatórios, revisão da rede de distribuição e, em último caso, recorrer ao rio Joanes, a cerca de 30 quilômetros de distância”. Em seus estudos, constata que o volume fornecido era mais que o duplo do volume avaliado e cobrado à população, e ainda ocorreriam grandes desperdícios. Entendia que 150 litros por habitantes eram suficientes, uma vez que não faltavam outras fontes de água para a indústria, lavagem de roupas etc.

Os estudos e projetos de Saturnino de Brito foram contratados no primeiro ano de Governo de Góes Calmon, em 1925, e apresentados às autoridades em 1926. O início das obras, entretanto, só começaria, no tocante ao abastecimento de água, no quadriênio seguinte, do Governador Vital Soares. Em 1929, foram abertos os créditos necessários à iniciação das obras, através de empréstimo de cinco mil contos de réis contratado junto ao

Logo depois, em abril de 1921, o governo federal substituiu o estado no convênio para evitar o domínio estrangeiro completo sobre essa política pública (Santos, 1998).

⁴⁹ BRITO, Saturnino. Saneamento da Baía. Obras Completas, Vol. XV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p.141-142.

Banco Econômico da Bahia⁵⁰. Os relativos ao sistema de esgotos ficaram esquecidos até a década de 1960, como que a cristalizar a natureza estética do discurso sanitarista dos governantes baianos, uma caricatura reversa do urbanismo demolidor dos anos 1910-1930.⁵¹

Considerações finais

Ao final deste artigo, algumas conclusões se impõem. Salvador, deve se reconhecer, era uma cidade em reforma e transformação permanente desde meados do século de XIX até fins da década de 1920; não pode ser considerada uma capital estagnada. Pelo contrário, foi objeto de investimentos, além de públicos, de empresas de capitais locais, de outras partes do país ou estrangeiros até 1930.

O amplo processo de transformação por que passa Salvador resulta da prioridade dada aos investimentos públicos direcionados a favorecer a acumulação das corporações aliadas do grupo dirigente de plantão, mesmo que para isso tenha sido necessário sacrificar as políticas de saneamento e saúde públicas.

Parte das agruras sanitárias e epidemiológicas, bem como a ausência de fornecimento regular de água e energia vividas pelos baianos, decorrem mais das sequências de projetos e opções político-administrativa contraditórios, muito em função de alianças corporativas com interesses conflitantes entre si. A substituição de um projeto ou interesse por outro tinha como efeito retardar as ações sanitárias de serviços básicos, debilitando condições cotidianas da população e a infraestrutura básica, afetando da saúde da população à própria economia.

Nesse processo, a imprensa cumpriu papel fundamental. Através dela a opinião pública em geral assumia, ou questionava, o conjunto de obras e demolições, presente em vários momentos, como decisivos para a higiene da cidade, que, no discurso oficial, seria essencial para livrar a todos do sofrimento das doenças e epidemias, além de facilitar a circulação geral. O aformoseamento urbanístico se travestia, assim, de saneamento. O

⁵⁰ O contrato para os serviços foi celebrado com o Eng. Bernardino Salomé Queiroga. Contudo, a crise econômica mundial de 1929 comprometeu o ritmo de implantação das obras paralisadas quando findou o empréstimo citado. Nesse período foram adquiridos na França dutos de ferro fundido para a canalização de águas e realizadas desapropriações de imóveis (Apeb, Fundo: Secretaria de Agricultura. Caixa: 2330, Mç. 15, doc. 119, Contratante: Estado da Bahia, Contratada: *Société Anonyme des Hauts – Fourneaux e Fonderies de Pont de Mousson*. Valor: 30.000 dólares por mês em 36 parcelas iguais, em 04/06/1929. E SOARES, V. Mensagem..., 1930. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1930, p. 40-44).

⁵¹ Fruto dessa concepção de saneamento, a Catedral da Sé (séc.XVI), depois de muitas idas e vindas, também seria demolida, em 1933.

estado financiava a acumulação privada e realizava o ideal da elite de desfrutar de uma cidade em estilo arquitetônico inspirado nas capitais europeias, como já ocorria em outras capitais do país. A ideologia da modernidade justificava o grande esforço financeiro para, ao final, manter intactas a instabilidade sanitária e a falta de infraestrutura básica.

E, por fim, pode-se afirmar, ainda, que a presença do grande capital em setores essencialmente voltados para a realização de obras e serviços urbanos, dependentes de concessão e fiscalização do poder público, contribuiu para estabelecer ligações mais estreitas entre as elites locais e os representantes e controladores desse capital. Nessa perspectiva, a reforma urbana e as fragilidades sanitárias em Salvador são resultados da confluência de interesses de empresas de bonde, energia elétrica, construção civil, acionistas, investidores, e toda sorte de especulação, e a eles deve estar associada muito mais que à suposta capacidade administrativa deste ou daquele governante. Certamente, este é o conteúdo mais preciso da chamada “modernização” baiana do período, uma ideologia que escamoteava a articulação entre os interesses materiais e políticos no estado.

Referências

ALMANDOZ, A. **Urbanismo europeo em Caracas (1870-1940)**. Caracas, USB - Editorial Equinoccio, 2006.

CÂMARA, M. P. de Arruda. Conceição e Pilar. **Freguesias seculares do centro econômico e do porto de Salvador até o séc. XIX**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - FFCH-UFBA, ALVADOR, 1989.

CARDOSO, Luiz Antonio F. **Entre vilas e avenidas: habitação proletária em Salvador, na Primeira República**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - FAU-UFBA, Salvador, 1991.

CUNHA, Joaci de S. **O fazer político da Bahia na República (1900-1930)**. Matriz das relações entre corporações, estado e políticos. Salvador: Edufba, 2017.

CUNHA, Joaci de S. O porto de salvador e suas interfaces com a economia e política na Primeira república (1900-1930). In: VELASCO CRUZ; LEAL e PINHO (ORGs). **Histórias e espaços portuários. Salvadore e outros portos**. Salvador: Edufba, 2016.

CUNHA, Joaci. A dominação do Imperialismo na Bahia. **Cadernos do Ceas**, Salvador, n. 203, p.25-50, jan./fev. 2003.

DEANE, P. **A Revolução Industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, SAMPAIO e GOMES. A constituição do urbanismo moderno na Bahia, 1900-1950. In: LEME (Org.). **Urbanismo no Brasil, 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAUSUSP; FUPAM, 1999.

FERREIRA FILHO, A. H. **Salvador das mulheres**: condição feminina e cotidiano popular na *belle époque* imperfeita. Dissertação (Mestrado) - FFCH-UFBA, Salvador, 1993.

GAULD, Charles A. **Farquhar, o último titã**. Um empresário empreendedor americano na América Latina. São Paulo: Editora de Cultura, 2002.

LAMARÃO, Sergio T. de N. Capital privado, poder público e espaço urbano: a disputa pela implantação dos serviços de energia elétrica na cidade do Rio de Janeiro (1905-1915). **Estudos históricos**, n. 29, 2002. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/322.pdf>. Acesso em 17.01.2008.

LEITE, Rinaldo C. N. **E a Bahia civiliza-se...** ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana, Salvador 1912-1916. **Dissertação** (Mestrado em História) - FFCH-UFBA, Salvador, 1996.

LINS, Q. e AZEVEDO, T. **História do Banco da Bahia: 1858 – 1958**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969.

MATTOSO, Kátia. **Bahia séc. XIX**: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

McDOWALL, Duncan. **Light**. A história da empresa que modernizou o Brasil. Trad. Helena Maria Andrade do Nascimento. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.

MORAES, V. **Jagunços e heróis**. A civilização do diamante na Chapada Diamantina. Salvador, Empresa Gráfica da Bahia/IPAC, 3. ed., 1991.

MORRISON, Allen. **The Tramway of Brazil** – a 130 year survey. New York, Bond Press, 1989. Disponível em: <<http://br.geocities.com/zostratus16/salvador-bonde-00.htm>>. Acesso em: 07 nov. 2007. 14:35h.

PANG, E. **Coronelismo e oligarquias, 1889-1943**. A Bahia na Primeira República brasileira. Tradução de Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.

PERES, Fernando da Rocha. **Memória da Sé**. Salvador, Secretaria da Cultura e Turismo do Estado, 1999.

PINHEIRO, E. P. **Europa, França e Bahia**. Difusão e adaptação de modelos urbanos. Paris, Rio e Salvador. Salvador, Edufba, 2002.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **50 anos de urbanização**: Salvador da Bahia no século XIX. Salvador: Odebrecht, 2005.

SANTOS, Luiz A. de Castro. As Origens da Reforma Sanitária e da Modernização Conservadora na Bahia durante a Primeira República. **Dados**, v. 41 n. 3 Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em: 21 ago. 2008.

SANTOS, Mário A. **A República do povo**. Sobrevivência e tensão. Salvador: Edufba, 2001.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. **Sobrevivência e tensões sociais: Salvador (1889-1930)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - FFLCH-USP, 1982.

SEABRA J. J. **Pela Bahia**. Defesa de seu nome, honra e crédito. Salvador, Imprensa oficial da Bahia, 1918.

SILVEIRA, Maria J. R. **O discurso do saneamento e a modernização da cidade**: Salvador, 1890-1930. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - FAU-UFBA, Salvador, 2000.

SOUZA, Christiane M. C. de. A gripe espanhola em Salvador, 1918: cidade de becos e cortiços. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos** (Dossiê Gripe Espanhola no Brasil), vol.12, n.1 Rio de Janeiro Jan./Abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702005000100005&script=sciarttext&lng=en>>. Acesso em: 16 ago. 2008., 17.50h.

STIEL, Waldemar Corrêa. **História do Transporte Urbano no Brasil**, Rio de Janeiro, EBTU/PINI, 1978.

TEIXEIRA, C. **História da energia elétrica na Bahia**. The history of electric energy in Bahia. Salvador: TEP – Termoelétrica Potiguar S.A., 2005.

VILLELA, A. e SUZIGAN, W. **Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889 – 1945**. Rio de Janeiro: IPEA (1973), 2001.

WILDBERGER, Arnaldo. **Os Presidentes da Província da Bahia**, 1824-1889, Salvador, Tipografia Beneditina, 1949.

ARQUIVOS, JORNAIS E DOCUMENTOS

APEB, Judiciário, **Autos Cíveis 1**, 248/276/6; 57/2020/18; 33/A/1125/19.

APEB, Republicano, **Autos Cíveis 2**, 33/A/1125/19; 33/A/1125/19.

APEB, Fundo: **Secretaria de Agricultura**. Caixa: 2330, Mç. 15, doc. 119.

APEB. Secretaria do Interior e Justiça, Diretoria Geral de Saúde Pública. **Relatórios de 18 Distritos Sanitários**, entre 1912-1924.

A Tarde, edições de 24.5.1918, e 05.08.1918.

BRAZILIAN Government Document Digitization Project - Provincial Presidential Reports Bahia. Disponível em: <http://www.crl.edu/?l1=4&l2=18&l3=33>. Acesso em: jul 2019.

Diário da Bahia, edições de 6.10.1918 e 18.10.1918.

GUINLE & CIA. **O município de Salvador**. Memorial de Guinle & C. Resposta ao Aggravo. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, Rodrigues & C., 1914.

Jornal de Notícias, edição de 25.06.1912.

MENSAGENS dos Governadores à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia. Anos: 1869 a 1874, 1904, 1909, 1910, 1913, 1914, 1916, 1919, 1921, 1924, 1929.

RELATÓRIOS do **Ministério da Fazenda** dos anos de 1922 e 1925.

MENSAGEN do Governador Vidal Soares à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia de 1929. Salvador: Imp. Oficial, 1930.

SAMPAIO, T. **Carta enviada ao Intendente Municipal em março de 1918**. In Coleção T. Sampaio, Pasta 6, Doc. 11, 1918, Arquivos Pessoais, IGHB.

Dados do autor

Joaci de S. Cunha

Pós-doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas e Cidadania (UCSal); professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Católica de Salvador; autor de *O fazer político da Bahia na República (1900-1930). Matriz das relações entre corporações, estado e políticos*. Salvador: Edufba, 2017, e co-editor dos *Cadernos do CEAS*. E-mail: joacisc@gmail.com